



EDITORIAL

Encerramos o ano de 2023 com a publicação de mais uma edição da Serviço Social em Revista (26, N.2. Jul-Dez, 2023). Uma vitória a ser celebrada se pensarmos nas dificuldades em mantermos um periódico “no ar e em dia”, e essa conquista se deve em grande parte pelo interesse dos autores e autoras em produzir e dividir conhecimentos relacionados ao serviço social e temas afins. Contudo, apesar do sentimento de dever cumprido, os artigos que compõe esta edição não nos deixam esquecer o quanto o sistema econômico vigente, com suas metamorfoses, descritas por Belluzzo em “O Capital e suas metamorfoses” (2013)¹, produz e reproduz cotidianamente desigualdades, intensificadas em países de capitalismo periféricos e dependentes.

Impossível não se comover com tal realidade televisionada em dois conflitos vigentes. Em relação a Ucrânia e Rússia, segundo matérias publicadas na mídia, a guerra já ocasionou um profundo impacto humanitário, econômico, político e identitário na sociedade ucraniana, com sequelas de difícil transposição. São mais de 500 mil mortos e feridos. O secretário-geral da ONU, António Guterres, relatou que a guerra está desencadeando “uma onda sem precedentes de fome e miséria, deixando o caos social e econômico em seu rastro”. (Nações Unidas, 2022)

Em relação a Gaza e Israel, um conflito político, religioso, territorial que se estende há anos, se intensificou e levou nos últimos meses a morte de dezenas de israelenses e palestinos. Complementar a essa mortandade uma ordem para cortar todos os alimentos, eletricidade e água para Gaza só piorará a situação dos residentes no que tem sido chamado de “a maior prisão a céu aberto do mundo.” (Carta Capital, 11/10/2023).

¹ BELLUZZO, L. G. O capital e suas metamorfoses. Editoria Unesp, São Paulo, 2013.



O Brasil já sente os reflexos econômicos, políticos e humanitários desses conflitos. Particularmente sobre as questões humanitárias, ao conceder refúgio a ucranianos e palestinos, o estado assume os desafios de garantir proteção e direitos que exigirão um intenso processo de inclusão social e viabilização de políticas sociais.

Nesse contexto, o conjunto de artigos selecionados para esta edição também vão explorar questões conjunturais que envolvem proteção, direitos e políticas sociais que reverberam no cotidiano profissional dos assistentes sociais brasileiros e portugueses.

Em “As atuais configurações do mercado de trabalho das/os assistentes sociais e a interiorização dos cursos de serviço social: o acirramento dos processos de precarização”, as autoras discutem as relações de trabalho das/os assistentes sociais inseridas/os nos espaços sócio-ocupacionais frente ao processo de interiorização dos cursos de Serviço Social na cidade de Sousa-PB. A pesquisa identifica a precariedade das relações de trabalho das assistentes sociais, que se expressam, fundamentalmente, nos baixos salários, nos vínculos empregatícios preponderantemente temporários, nas formas de inserção nos espaços de trabalho entre outras questões.

No artigo “Assistentes sociais, saúde e violência: da insegurança individual ao enfrentamento coletivo”, os autores dialogam com assistentes sociais que atuam no Sistema Único de Saúde em vários níveis de complexidade em um município no estado de Minas Gerais. Os achados apontam para a falta de capacitação, ainda na formação universitária, o receio de sofrer ameaças bem como ser vítima de violência no processo de trabalho.

“Serviço Social e o Núcleo Interno de Regulação (NIR): desafios e contribuições do Assistente Social na regulação de um hospital de alta complexidade em Belém (PA)”, propõe-se a discorrer sobre a prática profissional dos Assistentes Sociais em um hospital estadual de alta complexidade em Belém (PA), que compõem a equipe mínima do Núcleo Interno de Regulação (NIR); caracterizado como a unidade técnico-administrativa que monitora a chegada do paciente à instituição, durante o processo de internação, até a alta hospitalar.

Resultado de pesquisa de doutorado, o artigo “Fundamentalismo Neopentecostal e Serviço Social: ameaça de um novo projeto conservador?”, visa



contribuir com a discussão do *ethos* neopentecostal na composição do conservadorismo brasileiro contemporâneo, assim como a ameaça ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. Os autores apresentam a relação entre a chamada Teologia da Prosperidade, isto é, a teologia adaptada às necessidades ideológicas do capitalismo contemporâneo, defendida por líderes religiosos que ocupam cargos políticos-institucionais no Brasil e a eleição de Jair Bolsonaro a presidência do Brasil, recrudescendo-se assim pautas antipopulares, atacando-se a laicidade do estado, e desmontando as políticas públicas em detrimento da filantropia cristã.

No artigo “Similaridades e heterogeneidades na formação em Serviço Social: comparativo entre Brasil e Portugal”, a autora compara a relação entre a formação profissional das/os assistentes sociais egressas/os dos cursos de Serviço Social da UFSM/Brasil com as/os assistentes sociais formadas/os pela UC/Portugal e sua repercussão na formação continuada dessas/es profissionais.

Em “Ação de M^a Leonor Sampaio Botelho (1915-96) na defesa do serviço social português no período do Estado Novo até 1974”, o autor reconstrói o percurso de vida da assistente social portuguesa M^a Leonor Botelho Sampaio (1915-96), destacando os seus contributos em prol da profissão serviço social em Portugal, nos meandros do significado atribuído pelo salazarismo à profissão, no âmbito do catolicismo progressista, por vezes oposto, às recomendações e ações.

No artigo as “Políticas educacionais voltadas para os idosos brasileiros: em busca da garantia de direitos”, os autores demonstram a exclusão histórica do idoso nos processos educacionais, as dificuldades da implementação da educação de idosos no Brasil e as estratégias educacionais, enfatizando as políticas públicas.

Em “População em situação de rua de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul”, os autores apresentam as características principais da população em situação de rua de Novo Hamburgo, analisando as condições de trabalho, educação e o acesso às políticas públicas de assistência e proteção social. Os resultados apontaram que a situação de rua está relacionada a violações de direitos anteriores à ida para as ruas, demandando políticas públicas intersetoriais.



“A relação público/privado na saúde: as expressões das Organizações Sociais na Paraíba” abordam a relação público/privado na saúde e suas expressões no estado da Paraíba no período de 2011 a 2020, caracterizado pela atuação das Organizações Sociais (OS) no estado. Os achados das auditorias externas são analisados, assim como as repercussões das irregularidades na esfera criminal, que contribuiriam primeiro para a adequação da legislação estadual pertinente às OS, e por último para o encerramento total de suas atuações na saúde pública do estado.

O artigo “Regularização fundiária urbana na Amazônia: estudo em municípios do estado do Pará” analisa os entraves e os avanços da política de regularização fundiária urbana na Amazônia, particularmente em quatro pequenos municípios paraenses.

Por fim, em “Fundo Público e Segurança Alimentar no Brasil”, os autores discutem a insegurança alimentar e a omissão do Estado no financiamento de políticas sociais voltadas para assegurar à população condições melhores à consecução do direito humano à alimentação adequada. O texto problematiza os limites do fundo público que não tributa o latifúndio e concede generosos incentivos fiscais ao chamado agronegócio.

Comissão Editorial